

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.619.465 - RJ (2016/0211209-4)**

**RELATOR** : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**  
**RECORRENTE** : CAIXA DE CONSTRUÇÕES DE CASAS PARA O PESSOAL DA MARINHA  
**RECORRIDO** : MARCEL AMARAL DE QUEIROZ  
**RECORRIDO** : RAFAEL AMARAL DE QUEIROZ  
**RECORRIDO** : MERI AMARAL PINHEIRO - POR SI E REPRESENTANDO  
**ADVOGADO** : NORLI MENEZES CARLINE REBELLO E OUTRO(S) - RJ148538  
**INTERES.** : PAULO ROBERTO MARTINS DOS SANTOS  
**ADVOGADO** : SEM ADVOGADO - RJ0000000

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto por CAIXA DE CONSTRUÇÕES DE CASAS PARA O PESSOAL DA MARINHA contra acórdão proferido pelo TRF assim ementado (e-STJ fl. 288):

PROCESSO CIVIL. AUSÊNCIA DE CITAÇÃO DA PARTE RÉ. NULIDADE DA SENTENÇA.

1. A ausência de citação do embargado implica a declaração da nulidade da sentença proferida sem que lhe fosse viabilizado o exercício do direito ao devido processo legal, ampla defesa e contraditório, ao teor dos artigos 214 e 1050, § 3º, do CPC e do artigo 5º, LIV e LV da CF.

2. Reconhecida a nulidade da sentença.

Os embargos de declaração foram rejeitados (e-STJ fls. 297/301).

Nas razões do recurso especial (e-STJ fls. 304/314), interposto com fundamento no art. 105, III, "a" e "c", da CF, a parte recorrente alega ofensa ao art. 535 do CPC/1973 pela inexistência de prejuízo, mesmo que ausente citação.

Assevera violação dos arts. 244, 250, parágrafo único, e 285-A do CPC/1973, considerando inexistir nulidade pela ausência de prejuízo com a falta da citação, devendo ser convertido o julgamento em diligência para determinar a citação.

Juízo de admissibilidade positivo (e-STJ fl. 319).

É o relatório.

Decido.

O recurso especial foi interposto com fundamento no CPC/1973, motivo por que devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, com as interpretações dadas pela jurisprudência desta Corte (Enunciado Administrativo n. 2/STJ).

Os embargos de declaração somente são cabíveis quando houver, na sentença ou no acórdão, obscuridade, contradição, omissão ou erro material, conforme dispõe o art. 535, I e II, do CPC/1973.

Inexiste afronta ao art. 535 do CPC/1973 quando o acórdão recorrido pronuncia-se, de forma clara e suficiente, acerca das questões suscitadas nos autos,

manifestando-se sobre todos os argumentos que, em tese, poderiam infirmar a conclusão adotada pelo juízo.

Desse modo, não assiste razão à parte recorrente, visto que o Tribunal *a quo* decidiu a matéria controvertida nos autos, ainda que contrariamente aos seus interesses, não incorrendo em nenhum dos vícios previstos no art. 535, II, do CPC/1973.

A questão relativa à nulidade da citação foi assim resolvida (e-STJ fls. 286/287):

Verifica-se dos autos que o 2º apelado, proprietário do imóvel executado, não foi citado para contestar os embargos de terceiro em que se discute a ocorrência ou não de posse mansa e pacífica, pelo prazo legalmente exigido, a caracterizar a usucapião.

Note-se, inclusive, que o apelado não compareceu à audiência realizada no dia 25 de novembro de 2011 (fls. 225/228) por não ter sido regularmente intimado, como consignado no termo de audiência.

Além disso, o 2º apelado não foi intimado da sentença de primeiro grau, perpetuando a violação do seu direito constitucional à ampla defesa e ao contraditório e ao devido processo legal em todos os seus aspectos, ao teor do artigo 5º, LIV e LV da CF.

(...)

Inevitável, pois, o reconhecimento de ofício da nulidade da sentença proferida pelo Juízo da 10ª Vara Federal do Rio de Janeiro, por ausência de citação do 2º apelado, na forma dos artigos 214 e 1050, § 3º, do CPC.

Como se observa, ao decidir a questão amparou-se em fundamento constitucional e infraconstitucional, qualquer um deles apto a manter inalterado o acórdão recorrido. Entretanto, não há notícia de interposição do recurso competente pela parte interessada em relação ao fundamento constitucional. A ausência de interposição do respectivo recurso extraordinário atrai a aplicação da Súmula n. 126/STJ.

Diante do exposto, NEGÓ PROVIMENTO ao recurso especial.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator